



## AÇÕES AFIRMATIVAS E DEMOCRATIZAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

**Carlos Benedito Rodrigues da Silva\***

### RESUMO

Desde da segunda metade do século XX, especialmente, a partir das influências dos violentos conflitos que marcaram as lutas contra a segregação racial e pelos direitos civis nos Estados Unidos da América do Norte e das guerras pela independência dos países africanos sob o domínio português, o movimento negro no Brasil, mesmo considerando a sua ampla diversidade, assumiu uma postura explícita de denúncia contra as práticas racistas e discriminatórias, bem como de reivindicação dos direitos de cidadania. A partir dessas mobilizações que ganharam corpo em todo o cenário nacional, as questões relacionadas aos grupos negros, passaram a fazer parte constante dos debates acadêmicos, através de uma série de estudos e pesquisas sobre religião, processos de exclusão social, identidade e etnicidade, cultura, gênero, mídia, etc..Sem perder a dimensão da importância do processo reivindicativo, novas questões começaram a ser apresentadas à sociedade brasileira pelas entidades do Movimento Negro Nacional. Atualmente, em consequência das mobilizações que se avolumaram em torno dessas questões, os debates estão voltados para o reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural e para a exigência de políticas afirmativas que amenizem as desigualdades ainda enfrentadas pelos segmentos negros no campo sócio-político e profissional da sociedade brasileira.

### ABSTRACT

From of the second half of the century XX, especially, starting from the influences of the violent conflicts that marked the fights against the racial segregation and for the civil laws in the United States of North America and of the wars for the independence of the African countries under the Portuguese domain, the black movement in Brazil, same considering your wide diversity, it assumed an explicit posture of accusation against the practices racists and discriminatory as well as of revindication of the citizenship rights. Starting from those mobilizations that won body in the whole national scenery, the subjects related to the black groups, started to do constant part of the academic debates, through a series of studies and researches on religion, processes of social exclusion, identity and ethnicity, culture, gender, media, etc ..Sem to lose the dimension of the importance of the reclaimable process, new subjects began to be presented to the Brazilian society by the entities of the National Black Movement. Now, in consequence of the mobilizations that they bulked around those subjects, the debates are gone back to the recognition and valorization of the ethnic and cultural diversity and for the demand of affirmative politics that you/they soften the inequalities still faced by the black segments in the partner-political and professional field of the Brazilian society.

A análise das relações raciais no Brasil revela uma complexidade de situações diferenciadas para a população negra, incidindo sobre as formas pelas quais essa população é definida, nos moldes dos padrões ideológicos dominantes e também, nas formas pelas quais ela própria interpreta a sua vida social.

A especificidade do negro enquanto grupo étnica e socialmente oprimido, deve ser compreendida através dos elementos que definem politicamente as fronteiras de sua

---

\*Programa de Pós-Graduação em C. Sociais-UFMA. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-Neab/Ufma.

identidade e das condições efetivas de sua participação nos diversos setores da sociedade. ou seja, nos termos da sua capacidade de elaborar formas de organização e solidariedade visando a mobilização coletiva no sentido de neutralizar as barreiras da discriminação e da exclusão social.

No momento em que, as sociedades humanas enfrentam uma série de mudanças determinadas pelo processo de globalização, repercutindo em novas formas de organização social, estreitamento de fronteiras étnicas, acirramento das desigualdades sociais, etc., é necessário um aprofundamento dos referenciais interpretativos, tanto no plano acadêmico, como no interior das próprias entidades do movimento negro, no sentido de compreender quais as respostas são possíveis de serem construídas pelos segmentos da população negra em situação de exclusão.

Recorrendo à história, é importante perceber que, os vários movimentos sociais que compuseram o cenário mundial desde os anos 60, influenciaram significativamente, no processo de organização das entidades do movimento negro no Brasil.

Especialmente, a partir das influências dos violentos conflitos que marcaram as lutas contra a segregação racial e pelos direitos civis nos Estados Unidos da América do Norte e das guerras pela independência dos países africanos sob o domínio português, o movimento negro no Brasil, mesmo considerando a sua ampla diversidade, assumiu uma postura explícita de denúncia contra as práticas racistas e discriminatórias, bem como de reivindicação dos direitos de cidadania.

Segundo Clóvis Moura (1988:111) o negro demonstrou um espírito associativo no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, sem o qual, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativo e o negro livre não teria resistido na proporção que resistiu, ao chamado traumatismo da escravidão, incorporado por ele, ao seu comportamento após a abolição.

Sem dúvida, é possível identificar nos estudos desenvolvidos por historiadores, antropólogos entre outros estudiosos, várias formas de organizações negras coletivas, desde entidades religiosas (Irmandades do Rosário e de São Benedito e os terreiros de candomblé) como recreativas e filantrópicas (clubes e associações) e políticas (alguns órgãos da imprensa negra, movimentos organizados, etc.), visando criar formas de amenizar os impactos da degradação imposta pelo sistema escravista.

Na verdade, o mito da democracia racial, construído como ideologia oficial após a abolição, serviu durante muito tempo, para explicar as relações de raça entre brancos e negros no Brasil. Em função dele, os brasileiros se viam como um povo excepcional, cuja principal característica seria a convivência harmoniosa entre pessoas de origem européia, africana e indígena. O mito conseguiu manter-se como pensamento hegemônico até os

anos 70, acobertando ou dissimulando as práticas preconceituosas e racistas que se impuseram á população negra.

Foi quando a emergência de um novo tipo de militância negra, que se aproveitava da abertura de horizontes num mundo em acelerado processo de globalização, refletiu-se no surgimento de pesquisas acadêmicas dedicadas não exatamente às questões do racismo e do preconceito, fenômenos de ordem subjetiva, mas sensíveis à desigualdade racial estatisticamente mensurável.

Um marco fundamental neste processo foi a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em julho de 1978 em São Paulo, que posteriormente foi registrado como Movimento Negro Unificado (M.N.U.), expandindo-se para outros estados do país.

O M.N.U. nasceu através um ato público, com cerca de duas mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo na noite de 07 de julho de 78, como consequência de uma série de debates desenvolvidos por entidades do movimento negro em algumas regiões do país, que defendiam a necessidade de uma única organização a nível nacional, com forças suficientes para mobilizar politicamente a população negra contra as barreiras da discriminação racial.

Mesmo com essa organização, várias outras continuaram existindo ou foram criadas, ampliando as discussões sobre o reconhecimento dos direitos da população negra na sociedade brasileira.

Em meio às mobilizações dos anos setenta, o poeta gaúcho Oliveira Silveira, a partir dos registros históricos que assinalavam esta data como o dia da morte de Zumbi, líder dos quilombolas palmarinos em 1695, tomou a iniciativa de enfatizar o dia 20 de novembro como uma data significativa para a liberdade e emancipação da população negra, negando o 13 de maio, data oficial de assinatura da Lei Áurea que abolia definitivamente a escravidão no Brasil.

O 20 de novembro passou a ser considerado então o Dia Nacional de Consciência Negra, constituindo-se hoje em feriado em alguns importantes municípios brasileiros, a exemplo de Rio de Janeiro e Campinas.

Vale ressaltar também, o surgimento dos chamados blocos afro do carnaval de Salvador ainda na década de 70, especialmente o Ilê Aiyê, com propostas de resgatar a auto estima da população negra através da retratação de aspectos culturais e políticos das nações africanas em seus enredos carnavalescos.

A partir dessas mobilizações que ganharam corpo em todo o cenário nacional, as questões relacionadas aos grupos negros, passaram a fazer parte constante dos debates acadêmicos, através de uma série de estudos e pesquisas sobre religião, processo de exclusão e participação política, identidade étnica etc.

Esses estudos contribuíram, tanto para um maior conhecimento sobre a realidade de vida dos segmentos negros, como também, para a dinamização das organizações do Movimento Negro Nacional, que ampliaram suas possibilidades de atuação coletiva, nos diversos setores da sociedade brasileira.

Desde as últimas década do século XX, novas questões começaram a ser apresentadas à sociedade brasileira, pelas entidades do Movimento Negro Nacional, envolvendo o processo educacional, altamente excludente para nossa população; as questões de gênero, com reivindicações específicas para as mulheres negras dentro e fora das entidades, tanto do movimento negro como do movimento feminista nacional; as questões de terra, relacionadas às chamadas Comunidades Negras Rurais e tantas outras, tendo em vista o acirramento das contradições experimentadas pelo país, a partir do processo de globalização, que atingiu mais duramente os segmentos negros.

*“Liberte sua mente da escravidão, porque ninguém, a não ser nós mesmos, podemos mudar nossa consciência”. (bob marley)*

Ao longo desse processo, é possível dizer que os negros brasileiros, já visitaram o fundo do poço e reagiram por suas próprias forças, exigindo o reconhecimento de sua importância no processo histórico desta nação, construída com o suor e o sangue de seus ancestrais, fortalecendo suas identidades através da revitalização e valorização de tradições culturais, acionando mecanismos de elevação da auto estima e reconhecendo-se capazes e competentes para enfrentar e sobreviver a todos os desafios impostos pela perversidade do racismo.

Atualmente, em consequência de um crescimento significativo, seja em termos quantitativos, mas principalmente, em termos qualitativos, da presença de intelectuais negros, tanto nos cursos de graduação como na pós-graduação, pensando e produzindo conhecimentos sobre as relações etno-raciais no Brasil, os debates se ampliaram em torno da diversidade étnico-racial.

Esses debates, resultantes de estudos e pesquisas envolvendo profissionais de áreas diversas, enfatizam os altos índices de exclusão e desigualdades sociais que se avolumam no país atingindo, majoritariamente a população negra e apontam como solução emergencial, a implementação de políticas afirmativas e cotas percentuais de acesso e permanência de afrodescendentes nas universidades públicas, na perspectiva de diminuir as distorções educacionais deixadas como herança do sistema escravista.

Essa modalidade específica de política pública seria um caminho, no entendimento de grande parcela da intelectualidade acadêmica, e da militância negra das várias organizações do movimento negro nacional, através do qual os grupos negros, historicamente excluídos, sejam reconhecidos na sua potencialidade de produzir

conhecimentos e de desenvolver atividades profissionais, nas mais diversas áreas, e nos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Para combater a desigualdade, uma variedade de países, democráticos ou não, temem adotado a chamada ação afirmativa, ou discriminação positiva. Consiste em conceder vantagens a grupos discriminados em função de gênero, raça/etnia, casta, origem nacional etc., para proporcionar-lhes a igualdade de oportunidades.

O desafio que se coloca, tanto no plano acadêmico, como no interior das entidades organizadas dos movimentos sociais, dos partidos políticos etc., especialmente no momento em que se vislumbra uma possibilidade concreta de mudanças nas diretrizes político-administrativas do país, é no sentido de compreender, até que ponto, estamos realmente comprometidos com o processo de transformação da sociedade brasileira.

É no sentido da auto avaliação de nossas concepções ideológicas e de nossas práticas, para que possamos viabilizar contribuições mais eficazes e efetivas, ampliando as possibilidades de emancipação social, política e cultural dos segmentos sociais, historicamente excluídos do processo participativo, onde os descendentes dos negros escravizados constituem, a grande maioria.

A construção da democracia passa necessariamente pela eliminação da todas as formas de discriminação, de respeito às diferenças e promoção da igualdade.

Somente dessa forma, estaremos contribuindo para a restauração da dignidade e dos direitos de cidadania, viabilizando efetivamente, políticas públicas compensatórias, das desigualdades produzidas ao longo de desses 500 anos, de forma a resgatar a auto-estima do nosso povo e possibilitar o envolvimento de todos os segmentos sociais, no processo de desenvolvimento, cultural, político e econômico do país.

Após mais de um século da abolição da escravatura, somos ainda um país com profundas diferenças sócio-econômicas, herdadas do escravismo colonial. Os articuladores da abolição não elaboraram nenhum programa de políticas sociais que possibilitassem a inclusão digna dos ex-escravos no sistema produtivo da nova ordem econômica do assalariamento.

A partir de dados do IBGE, do Dieese e de outros respeitadas institutos de pesquisa, é possível visualizar um retrato marcadamente negativo da realidade racial brasileira. De acordo com esses dados, os descendentes de africanos escravizados encontram-se, no Brasil, em situação de desvantagem, desproporcional e, portanto profundamente injusta, em relação aos seus compatriotas considerados brancos. Isso se reflete em indicadores como mortalidade infantil, expectativa de vida, baixa escolaridade, salários irrisórios, entre outros.

Essa desigualdade não pode ser explicada exclusivamente em termos de herança da escravidão, ou como fruto da desigualdade educacional, é preciso considerá-la à

luz das redefinições do racismo na sociedade atual. Se não o racismo, quais fatores explicariam o fato de brancos obterem salários reais mais altos, do que os negros, ainda que ambos tenham o mesmo nível de escolaridade e de experiência profissional?

Portanto, a implantação de políticas de ação afirmativa é um instrumento importante, para assegurar que indivíduos historicamente excluídos tenham iguais oportunidades de competir, com base em suas habilidades e mérito, seja no sistema educacional, seja no mercado de trabalho.

Ora, mas porque essa questão se torna tão polêmica no Brasil, quando se trata dos segmentos negros? Porque se opõe tanta resistência ao debate, resumindo-o, perversa e equivocadamente, a cotas percentuais?

O Estado brasileiro, já realiza políticas de ações afirmativas para vários grupos. Existem cotas para deficientes físicos nas escolas e no mercado de trabalho, para idosos que tem privilégios assegurados em várias instâncias sociais, para crianças e adolescentes, que tem seus direitos garantidos juridicamente.

As mulheres conquistaram direitos fundamentais, assegurando a participação política na sociedade, através das cotas em partidos políticos, do direito á licença maternidade, jornadas reduzidas no mercado de trabalho, etc. Ações justas, conquistadas através das mobilizações de vários grupos sociais comprometidos com a construção democrática.

O decreto lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1946, determina que, “os imigrantes seriam admitidos, para preservar e desenvolver o Brasil na composição de sua ascendência européia; subvencionava-se a viagem ultramarina, concedia-se hospedagem, doavam-se terras, os créditos agrícolas eram facilitados etc.”.

A própria Ufma mantém um sistema de cotas percentuais através do Processo de Seleção Gradual, que já dura cerca de uma década, e em momento foi contestado por nenhuma organização seja dos movimentos sociais, por advogados ou pelos centros acadêmico/ estudantil da instituição. Talvez, por que o PSG, ao longo desses anos tenha sido destinado aproximadamente 100% de suas vagas aos estudantes oriundos do ensino privado. Ou seja, beneficiando os filhos das elites maranhense que mantém determinadas áreas do conhecimento e, conseqüentemente determinadas profissões, como verdadeiros feudos familiares.

Ora, mas quando se trata da inclusão dos negros, adicionando, o adjetivo “racial” ao sistema de cotas, há uma inquietação geral. Quem é negro no Brasil?, quem tem direito às cotas? Os negros querem privilégios? etc são questões que surgem dos mais diversos setores, desqualificando os debates sobre a democratização das oportunidades de acesso ao sistema educacional e às profissões, minimizando a questão das desigualdades étnico-raciais, numa demonstração de que não se reconhecem o sistema escravista e suas

consequências, como injustiças cometidas contra a população negra ao longo da formação do país.

Mas esse problema não é somente do povo negro, ou de responsabilidade de suas organizações. Na verdade, a sociedade brasileira não está habituada a conviver com os negros em espaços sociais ou em ocupações consideradas importantes, portanto, é necessário promover mudanças na cultura das instituições e nos setores diversos da sociedade.

É preciso que os educadores (as) se interessem em conhecer a história das civilizações africanas e de seus descendentes na diáspora, para poder ensinar aos seus alunos que a história do negro não começa com a escravidão, mas muito antes dos colonizadores chegarem na África, para que as crianças, negras e brancas, tenham referenciais de positividade que as façam orgulhar-se de todas as vertentes responsáveis pela sua existência enquanto membros de um povo, de uma sociedade ou de uma nação. É preciso que os sindicalistas e militantes políticos compreendam, que a história do trabalho no Brasil não começa com a industrialização e sim com a chegada dos primeiros grupos de negros africanos escravizados, seqüestrados na África e comercializados na América, para construir a riqueza dos colonizadores e seus descendentes, que ainda hoje mantêm o poder de decisão sobre os trágicos destinos deste país.

Construir alternativas para enfrentar as discriminações no mercado de trabalho, nas escolas e em todos os demais setores, é uma tarefa que se impõe, portanto, para todos os segmentos da sociedade brasileira, que acreditam na justiça social, e na democracia, isso só se constrói, com o respeito à diferença e com a promoção da igualdade de oportunidades.

Restringir este debate a simples cotas percentuais é perder a perspectiva do momento, que exige comprometimento de todos os segmentos da sociedade, na construção de novos caminhos de solução para as contradições e desigualdades que se solidificaram ao longo dos anos atingindo a maioria da população brasileira.

Não estamos falando de privilégios, embora reconhecemos que estes estiveram disponibilizados historicamente aos grupos brancos no Brasil. Estamos falando sim, de políticas de ações afirmativas que possibilitem aos diferentes segmentos afrodescendentes, demonstrar sua competência, submetendo-se a qualquer processo seletivo em igualdades de condições. Estamos falando na construção de alternativas emergenciais, que dêem tratamento diferenciado aqueles que historicamente foram tratados como desiguais, como forma de promover o respeito à dignidade humana, porque entendemos que, tratar igualmente os desiguais, é perpetuar a desigualdade.

## **REFERÊNCIAS**

**BARBOSA**, Maria Lúcia de Assunção ... et al. (Orgs.) **De preto a afrodescendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2003

**BERNARDINO**, Joaze e **GALDINO**, Daniela. (Orgs.) **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Coleção políticas da Cor.

**BORGES**. Edson: .**Racismo, Preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

**GONÇALVES E SILVÉRIO**. (Orgs.) **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP. 2003.

**GUIMARÃES**. Antonio Sérgio Alfredo. LYNN Huntley.(org.) **Tirando a máscara**. Ensaios sobre o Racismo no Brasil. São Paulo. Paz e terra. 2000.

**MASCARENHAS**. Delcele. **O Negro na universidade**. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós Graduação em Ciências sociais da FFCH da UFBA. Salvador. Novos Toques. 2002.

**MEDEIROS**. Carlos Alberto. **Na lei e na raça**: Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

**MOURA**, Cloves **Sociologia do negro brasileiro**, São Paulo, Ática, 198

**PAIXÃO**. Marcelo. **Desenvolvimento e relações raciais**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

**TEIXEIRA**. Moema Poli. **Negros na universidade**: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Pallas, 2003.

**TELLES**, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Fundação Ford. 2003.